

**HENRIQUE SANTOS COSTA DE SOUZA**

Mestre em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de  
Direito da Universidade de São Paulo

LL.M em Direito Marítimo pela Universidade de Southampton

Especialista em Negociações Econômicas Internacionais pela Unesp

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie

Membro da Comissão de Direito Marítimo e Portuário da Ordem  
dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo

Membro-fundador do Centro de Estudos em Direito do Mar

“Vicente Marotta Rangel” da Universidade de São Paulo (CEDMAR-VMR-USP)

Advogado

# O DIREITO DO MAR E SEUS TRÊS NÓS

A REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS  
FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS



Belo Horizonte

2018

**CONSELHO EDITORIAL**

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2018.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial e Finalização da Capa:** Danilo Jorge da Silva  
**Arte da capa:** Amanda Acaspicio  
**Revisão:** Raquel Carvalho

341.12251 Souza, Henrique Santos Costa de.  
 S731 d O direito do mar e seus três nós: a regulamentação jurídica dos  
 2018 fundos marinhos internacionais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.  
 235 p.

ISBN: 978-85-8238-476-3  
 ISBN: 978-85-8238-477-0 (E-book)

1. Direito Internacional. 2. Direito do mar. 3. Fundos marinhos internacionais. 4. Mineração oceânica internacional. 5. Herança comum da humanidade. 6. Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. I. Título.

CDDir – 341.12251  
 CDD(23.ed.)–343.096

Elaborada por: Fátima Falci  
 CRB/6-700

ARRAES EDITORES

**MATRIZ**

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
 Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
 Tel: (31) 3031-2330

**FILIAL**

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
 São Paulo/SP - CEP 01006-000  
 Tel: (11) 3105-6370

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)  
[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
 2018

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XIV
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1	
OS TRÊS NÓS DO DIREITO DO MAR E AS REGIÕES MARÍTIMAS INTERNACIONAIS.....	9
1.1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO MAR .....	9
1.2. A IMPORTÂNCIA DO DIREITO DO MAR NA EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL .....	17
1.3. OS TRATADOS SOBRE O DIREITO DO MAR E A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR DE 1982 .....	27
1.4. O ALTO MAR .....	35
1.5. OS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS .....	39
1.6. PRINCÍPIOS E REGIME JURÍDICO QUE REGEM O ALTO MAR ..	43
1.7. PRINCÍPIOS E REGIME JURÍDICO QUE REGEM OS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS .....	47
1.8. A HUMANIDADE COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL E O PRINCÍPIO DA HERANÇA COMUM DA HUMANIDADE APLICADO À ÁREA .....	51
1.9. O ALTO MAR E OS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL .....	61
CAPÍTULO 2	
A AUTORIDADE DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS E A ÁREA.....	70
2.1. A ÁREA E SUAS RIQUEZAS MINERAIS .....	70
2.2. A MINERAÇÃO OCEANICA INTERNACIONAL E AS DEMAIS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA.....	80

2.3. AS ENTIDADES E AS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA.....	83
2.4. A AUTORIDADE DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS..	87
2.4.1. Da Assembleia .....	90
2.4.2. Do Conselho .....	91
2.4.3. Da Comissão Financeira .....	96
2.4.4. Do Secretariado.....	97
2.5. A EMPRESA .....	99
2.6. O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR E A CÂMARA DE CONTROVÉRSIAS DOS FUNDOS MARINHOS.....	104
2.7. A RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS PATROCINADORES E A OPINIÃO CONSULTIVA DA CÂMARA DE CONTROVÉRSIAS DOS FUNDOS MARINHOS.....	109
2.8. OS ESTADOS EM DESENVOLVIMENTO E AS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA.....	119
2.9. A NORMATIZAÇÃO DERIVADA PARA OS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS .....	123
CAPÍTULO 3	
AS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA, O DIREITO INTERNACIONAL E O BRASIL .....	128
3.1. AS REGIÕES MARÍTIMAS INTERNACIONAIS CONCEDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA.....	128
3.2. OS CONTRATANTES AUTORIZADOS PELA AUTORIDADE DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA.....	133
3.3. A COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS E AS ATIVIDADES REALIZADAS NA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE.....	137
3.4. OS ESTADOS PATROCINADORES NO QUADRO INTERNACIONAL E SUA NORMATIZAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA.....	144
3.5. O BRASIL COMO ESTADO PATROCINADOR E A NECESSIDADE DA NORMATIZAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA ÁREA.....	150
3.6. O BRASIL COMO ESTADO PATROCINADOR E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	158
3.7. A EMPRESA E O DIREITO BRASILEIRO.....	164
3.8. OS TRÊS NÓS DO DIREITO DO MAR E A EMPRESA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	171
3.9. OS TRÊS NÓS DO DIREITO DO MAR, O BRASIL E AS ATIVIDADES NA ÁREA REALIZADAS POR ENTIDADES BRASILEIRAS: DESAFIOS E PERSPECTAS .....	178

CONCLUSÃO .....	185
REFERÊNCIAS .....	193
ANEXO - IMAGENS.....	205